

Itaipu: discutindo a relação

PEDROSA, Paulo. "Itaipu: discutindo a relação". O Estado de São Paulo. São Paulo, 14 de agosto de 2019. Artigo.

Décadas após sua construção, Itaipu ainda impressiona, não só pela grandeza da obra, mas também por seu caráter de vitória diplomática: com a usina, Brasil e Paraguai se integraram, gerando riqueza e conhecimento, e constituíram uma equipe cuja competência é um farol. Deram exemplo ao mundo de como dois países que experimentaram o conflito podem realizar obras fantásticas quando se harmonizam.

Hoje, Brasil e Paraguai seguem irmanados e dividindo a mesma agenda, com uma visão moderna de lógica econômica e desenvolvimento. O Paraguai é um jaguar latino-americano, um país que cresce num ritmo de 4% ao ano. Nós, brasileiros, que agora flertamos com a recuperação econômica, temos o que aprender com eles.

Quando se discute o Tratado de Itaipu, assinado em 1973, é de esperar que as questões de interesse nacional e diplomacia estejam presentes, mas devem estar suportadas por uma discussão técnica e econômica, que evite a captura do discurso por interesses menores e forças antagônicas.

É importante registrar que, com o tempo, foram divididas de forma desigual as duas categorias da energia de Itaipu: a primeira, associada à potência contratada, paga todos os custos da usina; e a segunda, sete vezes mais barata, suporta só os royalties adicionais de sua produção. Na divisão dessas energias entre os países, o Paraguai acaba pagando quase metade do que pagam os consumidores brasileiros por megawatt-hora, o que não parece razoável considerando o estado atual das duas economias. Isso precisa ser reequilibrado, respeitadas todas as condições políticas, e será fundamental para estabelecer bases da renegociação do tratado, até 2023.

Itaipu é uma usina que funciona sob a lógica de tarifa pelo custo, modelo visto hoje como promotor de ineficiências. A teoria regulatória aponta que essa lógica leva a uma tendência de aumento de custos, especialmente dos que são aplicados 50% em cada país, mas pagos pelos brasileiros na proporção de 85%. Este é o caso das duas pontes internacionais previstas para serem construídas, e que não deveriam mais ser financiadas pelos consumidores de energia.

O que deve ficar claro nesta renegociação é que, mantidas as regras atuais de tarifa pelo custo, com o fim do financiamento em 2023 poderia haver uma enorme redução, que seria majoritariamente direcionada ao Brasil. Apesar de vantajoso, não parece ser um cenário adequado, porque penalizaria o país vizinho e traria distorções ao mercado brasileiro. Isso aumenta a responsabilidade de encontrar uma solução no curto prazo.

Também importa considerar que o Brasil já não depende mais da energia excedente do Paraguai para atender à sua demanda interna. Temos visto nos últimos leilões que essa parcela de energia pode ser substituída em prazo curto por outra modalidade, bem competitiva e associada a novos investimentos e empregos no País.

A solução moderna é que a energia, tanto brasileira quanto paraguaia, possa ser livremente comercializada, seja nos leilões regulados ou no mercado livre, contribuindo para a liquidez e eficiência dos nossos mercados.

O fim do pagamento do financiamento e a renegociação do modelo de Itaipu trazem aos dois países uma oportunidade extraordinária de capturar cerca de US\$ 1 bilhão por ano, para cada uma das margens do Rio Paraná, e decidir individualmente que destino dar a esse montante. Por isso a discussão do tratado é uma chance que Brasil e Paraguai têm para modernizar sua relação econômica e criar, na energia, uma integração verdadeiramente competitiva e de mercado.

Assim, continuamos a dar ao mundo o recado de que, na direção econômica correta, dois países podem se manter alinhados e irmãos, numa relação cujos votos se renovam, com benefícios para o crescimento dos dois, valorizando a liberdade de decidir sobre seus rumos e sua energia.

Paulo Pedrosa é presidente da Abrace, foi conselheiro de Itaipu e diretor da Aneel.